

# Hierarquia e (in)disciplina: o Golpe de 1964

## “visto do mar”

Anderson da Silva Almeida \*

### Resumo:

No dia 1º de abril de 1964 o Brasil era atingido por um golpe civil-militar e entraria em um regime ditatorial que duraria mais de duas décadas. Uma semana antes, as páginas dos jornais eram inundadas por notícias de uma Rebelião de marinheiros e fuzileiros navais que estavam amotinados no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara reivindicando o reconhecimento de sua entidade representativa. Aquele episódio entraria para a historiografia como um dos principais estopins do golpe de 64. A quebra da hierarquia e da disciplina teria dado a munição necessária para os conspiradores de plantão. O problema é que os subalternos rebeldes apoiavam as Reformas de base do Governo João Goulart, chefe supremo das Forças Armadas. Como entender esse processo apenas como uma simples quebra de hierarquia e disciplina?

**Palavras-chave:** Golpe de 64 - Marinheiros - Hierarquia - Disciplina.

### Abstract:

In April 1964 Brazil was hit by a civilian-military coup and get into a dictatorship that would last more than two decades. A week before, the newspapers were taken by news of a rebellion of sailors and marines who were rioting in United Steelworkers of Guanabara demanding recognition of their representative body. That episode would go down in history as a major blow the fuses of 64. The breakdown of hierarchy and discipline would have the ammunition needed for the conspirators on duty. The problem is that the rebels supported the basic reforms of the Goulart government, supreme chief of the armed forces. How to understand this process only as a mere interruption of hierarchy and discipline?

**Keywords:** Brazil - Coup 64 - Sailors - Hierarchy - Discipline

---

\* Doutorando em História Social – Universidade Federal Fluminense (UFF) / Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

*Ninguém mais do que eu deseja a glória de nossa Marinha de Guerra [...] mas a disciplina não se constrói sobre o ódio e a exaltação. A disciplina se constrói sobre o respeito mútuo entre os que comandam e os que são comandados*

Presidente João Goulart - Jango

(Discurso no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, em 30 de março de 1964)

No Brasil, já existe uma vasta bibliografia que analisa sob várias correntes ideológicas e historiográficas o período da ditadura civil-militar (1964-1985). Inúmeros pesquisadores, principalmente no eixo Sul-Sudeste do país, têm publicado suas análises sobre essa temática. Historiadores, sociólogos, cientistas políticos e jornalistas formam o núcleo principal desses estudiosos.<sup>1</sup> Nessas pesquisas, invariavelmente marca presença um tema que, embora muito citado, foi pouco analisado e discutido entre os especialistas, principalmente no que diz respeito a uma análise mais detalhada da *hierarquia e disciplina*. Esse tema é a Rebelião ou o Movimento dos Marinheiros de 1964. Nos estudos anteriores ao quarenta aos do golpe, a obra mais citada como referência ao acontecimento era o livro de memórias de Avelino Capitani,<sup>2</sup> um ex-marinheiro que participou dos embates pré-golpe. Ou seja, um trabalho de memória e não de história. Só em 2004, um historiador de ofício, após alguns anos de estudos mais aprofundados, teve sua obra publicada. O livro *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*, de Flávio Rodrigues, veio preencher uma lacuna inquestionável que existia na historiografia sobre o golpe de 1964 no Brasil.<sup>3</sup> Trabalhando com a metodologia da *história oral* (ou fontes orais) e um conjunto teórico muito próximo da *história política*<sup>4</sup> e o que chamamos de *história do tempo presente*,<sup>5</sup> Rodrigues elaborou sua análise, que hoje aparece com um trabalho de referência.

Nessa mesma linha de *Vozes do mar*, construí minha dissertação de mestrado sobre as trajetórias daqueles marinheiros, enfatizando todo o período da ditadura e abordando a presença de marinheiros nos movimentos da luta armada até os embates pela anistia política 1979-2002.<sup>6</sup> A pesquisa foi premiada no âmbito do Projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, e será publicada ainda nesse ano. Nesse artigo, procuro retomar algumas questões já trabalhadas na dissertação, mas aprofundo a questão da hierarquia e (in)disciplina, principalmente sob um ângulo ainda não trabalhado na historiografia brasileira – a indisciplina do alto escalão, ou seja, dos oficiais. Com um conjunto teórico que também dialoga - além dos referenciais da história política, história oral e história do tempo

<sup>1</sup> Ao longo do artigo constam algumas referências a autores destacados nesse cenário.

<sup>2</sup> Capitani, A. (1997) *A Rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

<sup>3</sup> Rodrigues, F. L. (2004) *Vozes do Mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez.

<sup>4</sup> O autor utiliza em suas referências o historiador francês René Rémond, autor de vários artigos sobre história política e do livro *Por uma história política*, publicado no Brasil pela editora da Fundação Getúlio Vargas. Cfr. Rémond, R. (2003) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

<sup>5</sup> Flávio Rodrigues cita como referência Chauveu, A. e Tétard, P. (orgs.) (1999) *Questões para a história do presente*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração.

<sup>6</sup> Almeida, A. (2010) *Todo o leme a bombordo - marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

presente -, com o marxismo thompsonian<sup>7</sup>, procuro aqui compreender a questão hierárquica e disciplinar na Marinha não apenas como uma obrigação de subordinados e subalternos, mas como uma relação recíproca inerente à atividade militar, independente do posto ou graduação.

### Uma questão de hierarquia?

No dia 25 de março de 1964 marinheiros e fuzileiros navais se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara para a realização do segundo aniversário da Associação de marinheiros e fuzileiros navais do Brasil (AMFNB), entidade não reconhecida pelo ministro da Marinha, almirante Sylvio Motta, mas muito prestigiada pelos subalternos da mais antiga das Forças Armadas do Brasil.

Essa associação havia sido fundada no ano de 1962, por marinheiros até a graduação de cabo, que ressentiam de uma organização que os representassem e que aglomerasse esses subalternos, tendo em vista que os sargentos e os oficiais possuíam suas respectivas agremiações.<sup>8</sup> A Marinha nunca reconheceu a entidade e aos poucos começaram surgir os primeiros atritos entre os dirigentes da AMFNB e a alta administração naval, pois o reconhecimento possibilitaria que o recolhimento das mensalidades fosse incorporado direto nos contracheques dos associados, o que aumentaria a arrecadação.

Em abril de 1963 tomou posse a segunda diretoria, tendo na presidência o marinheiro José Anselmo dos Santos que “não foi senão a quarta opção entre os marinheiros que formaram a chapa vencedora”.<sup>9</sup> A entidade cresceu e passou a se relacionar com outros órgãos da sociedade civil, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), atraindo também a atenção de políticos ligados à Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que tinha como principal articulador Leonel Brizola, cunhado do presidente João Goulart.

Cabe-nos destacar que 1963 foi singular em relação às lutas sociais no Brasil. No início do ano, sob a liderança de Leonel Brizola, surgiu a Frente de Mobilização Popular (FMP). Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base, escreveu Jorge Ferreira.<sup>10</sup> Formavam essa frente a UNE, o CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), dentre outros. Ferreira engloba também as associações de subalternos das Forças Armadas como componentes dessa frente. O presidente Jango, que havia chegado ao cargo depois de enfrentar a resistência dos três ministros militares<sup>11</sup> após renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, teve que aceitar o sistema parlamentarista, tendo seus poderes limitados. A posse na presidência só foi possível em virtude da “resistência” organizada por Brizola no Rio Grande do Sul, denominada *cadeia da legalidade*. Ainda segundo Ferreira, “logo ao assumir o governo, Goulart se viu frente às demandas históricas das esquerdas e,

---

<sup>7</sup> Referência a Thompson, E. P. (2001) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Negro, A. L. e Silva, S. (orgs.) Campinas: Editora da Unicamp.

<sup>8</sup> Rodrigues, *op. cit.*, p. 65.

<sup>9</sup> *Ibid*, p. 80. Nota do autor: o marinheiro Anselmo na década de 70 passou a colaborar com os órgãos da repressão, tornando-se responsável por inúmeras baixas nos movimentos da esquerda armada no Brasil, sendo considerado, ainda hoje, como o principal traidor das esquerdas.

<sup>10</sup> Ferreira, J. (2004) “O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil”, in Araújo, M. P. et al., *1964-2004: 40 anos do golpe – ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, p.42.

<sup>11</sup> Sylvio Heck (Marinha), Odylio Denys (Guerra) e Grum Moss (Aeronáutica).

## DOSSIERS

### La dictadura en Brasil, nuevos abordajes

na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base”.<sup>12</sup> Somente em janeiro de 1963, depois de plebiscito, João Goulart reavia seus poderes como chefe do Executivo no sistema presidencialista. A ascensão dos movimentos sociais foi tão intensa, que “as greves duplicaram de 154 em 1962, para 302 em 63”.<sup>13</sup> As reformas não chegaram e as esquerdas passaram da euforia inicial “para a estratégia de pressionar o governo e de mobilizar os trabalhadores na rua”.<sup>14</sup>

O embarque de marinheiros na cena política é parte desse contexto de aspirações e disputas políticas. Longe de serem ingênuos ou inocentes, eles vislumbravam naquele processo possibilidades de reformas na Marinha e, com isso, terem uma carreira de que pudessem se orgulhar verdadeiramente. Essa possibilidade de ganhos não pode ser descartada. E é nesse ponto, relacionado a exigências específicas, que os conflitos aconteceram.

Sobre o crescimento da AMFNB, é importante observarmos os vários aspectos que contribuíram para o fortalecimento da entidade dos marujos. Para o marinheiro Otacílio do Anjos Santos, conhecido com Tatá, o aperfeiçoamento nas formas de recrutamento dos associados foi decisivo:

*Quando o navio chegava no Nordeste, eu ia para as Escolas de Aprendizes [...] e começava no ouvido dos meninos: olha, vocês se preparem. Quando saírem daqui, vá [sic] à Secretaria de Educação, leve a transferência de estudo para o Rio de Janeiro, que nós estamos preparados lá para recebê-los [...]. Quando eles chegavam aqui, eu arrumava uns três ônibus, botava todo mundo dentro e começava a mostrar a cidade. Começava lá da zona sul e terminava dentro da zona [prostíbulos]. Por que dentro da zona? Ali eu dizia: Olhem, as nossas irmãs estão aí, vindas do Nordeste, algumas do Estado do Rio, nossa obrigação [...] é dar a redenção delas porque aí não é lugar delas. Levava eles para a Rua São José, onde era nosso quartel general [...]. Então eu fazia uma lavagem de alma na turma. Não perdi um para o baixo meretrício, não perdi um. Todos eles foram encaminhados para o colégio.<sup>15</sup>*

Para José Xavier Cortez, um dos primeiros a garantir sua carteira de sócio, a questão do lazer e da integração do marinheiro à sociedade ganha destaque como um dos fatores de sucesso da Associação:

*Não fazia parte do nosso cotidiano, as festas. Nós não éramos convidados para nada. O nosso mundo se resumia àquele mundo da Marinha e nós achávamos que a Associação tinha a função de integrar o marinheiro à sociedade [...]. O objetivo da Associação era, também, quando nós chegássemos a um porto qualquer [...] no Recife, na Bahia ou em Porto Alegre, ter alguém da Associação que fosse capaz de fazer um jantar, convidar-nos para um almoço, ir a um baile à noite, nos divertir. Porque o lazer faz parte da vida das pessoas. Nós tínhamos direito ao lazer. Por que só os oficiais?<sup>16</sup>*

<sup>12</sup> Ferreira, J., K., p.41.

<sup>13</sup> Coes, D. V. (2002) “Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil – 1964-90”, p.12. Apud Gaspari, E., *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, p.48.

<sup>14</sup> Ferreira, J., *op. cit.*, pp. 44-45.

<sup>15</sup> Entrevista de Otacílio dos Anjos Santos ao autor. Rio de Janeiro, 03/12/2008.

<sup>16</sup> Entrevista de José Xavier Cortez ao autor. São Paulo, 22/12/2009.

---

## DOSSIERS

### La dictadura en Brasil, nuevos abordajes

Através do incansável trabalho da marujada, a AMFNB continuou sua trajetória crescente. A associação criou seu jornal - *A Tribuna do Mar* - que chegou à expressiva tiragem de 15 mil exemplares nas últimas edições.<sup>17</sup> Seus dirigentes conseguiram um programa dominical de quinze minutos na Rádio Mayrinc Veiga.<sup>18</sup> Em algumas ocasiões participaram de reuniões com o chefe da Casa Civil da presidência da República, Darcy Ribeiro.<sup>19</sup> Dessa maneira, a associação dos marujos subalternos cresceu em importância corporativa e política, e o não reconhecimento por parte das autoridades navais seria o ponto-chave para os conflitos posteriores.

### As relações políticas

É importante compreendermos que, em virtude do caloroso contexto político em tela, o apoio dos marinheiros em um eventual golpe, seria significativo para qualquer grupo político que disputava o controle do Estado brasileiro. Nesse sentido, vários agrupamentos políticos, das mais diversas orientações ideológicas das esquerdas, visualizaram no movimento dos marinheiros algo em que poderiam obter algum ganho político. Naquele contexto de confronto, tudo seria bem-vindo. Tanto Jango, quanto Brizola, passando pelo CGT, até o Partido Comunista Brasileiro (PCB), podem ser enquadrados nesse exemplo.

No caso do presidente Goulart, procurou dialogar e compreender as demandas dos marinheiros e fuzileiros navais. No auge da crise disciplinar na Marinha ocorrida em janeiro, Jango determinou que o almirante Aragão intermediasse junto ao Ministro Sylvio Motta, “a suspensão da prisão de seis ex-diretores e o Inquérito Policial Militar contra os diretores atuais da Associação”. Com essa medida, o presidente procurava “evitar a criação de um ambiente de desagregação nas Forças Armadas”.<sup>20</sup> Posteriormente, durante conversa com o seu ministro da Justiça, Abelardo Jurema, Jango confidenciara que “por várias vezes, recomendara ao Ministro [da Marinha] evitar choques com a Associação dos Cabos e Marinheiros, e procurasse contornar, pois se já o Governo não dispunha do almirantado, não poderia perder a simpatia dos inferiores”.<sup>21</sup>

O exemplo de Brizola é mais emblemático. Existia uma relação recíproca de apoio entre o deputado e os marinheiros. Sua proximidade com o almirante Aragão possibilitou, inclusive, que fuzileiros navais formassem sua guarda particular. “Leonel Brizola, ao falar na televisão, muitas vezes aparecia com dois fuzileiros navais, empunhando seus fuzis”.<sup>22</sup> Como líder mais radical das esquerdas naquele contexto, os discursos do ex-governador na Rádio Mayrinc Veiga eram ouvidos assiduamente pelos marujos. Inclusive, a AMFNB conseguira, na mesma rádio, um programa dominical de quinze minutos no qual divulgava as realizações da entidade e se pronunciava sobre assuntos políticos.<sup>23</sup> No final de 1963 Brizola lançou o “Grupos dos 11”, visando transformar esses grupos em um partido revolucionário. Esse futuro partido teria um núcleo armado, formado por oficiais nacionalistas, sargentos e marinheiros, segundo Paulo

---

<sup>17</sup> Capitani, A., *op. cit.*, p. 33.

<sup>18</sup> Rodrigues, *op. cit.*, p. 100.

<sup>19</sup> Duarte, A. (2005) *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro: Inverta, p. 43.

<sup>20</sup> BN - *Jornal do Brasil*, 24/1/1964.

<sup>21</sup> Jurema, A. (1964) *Sexta-feira 13: os últimos dias do Governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, p.152.

<sup>22</sup> Ferreira, J., *op. cit.*, p. 43.

<sup>23</sup> Rodrigues, F., *op. cit.*, p.100.

---

## DOSSIERS

### La dictadura en Brasil, nuevos abordajes

Schilling.<sup>24</sup> Outro dado interessante, é que o jornal de Brizola, *O Panfleto*, era muito lido pelos subalternos da Marinha. “Uma banca de jornal, próxima ao Arsenal da Marinha, chegou a vender seis mil exemplares de uma edição”.<sup>25</sup> Exemplo emblemático, que reforça a existência dessa relação, foi o fato de que poucos dias antes do golpe, um grupo de cerca de cem marinheiros terem se dirigido à residência de Brizola e ter manifestado apoio à sua ida para o Ministério da Fazenda.<sup>26</sup>

O PCB possuía alguns quadros na AMFNB. Pelo menos quatro integrantes do partido militavam também na associação. De acordo com o marinheiro Antônio Duarte, presidente do conselho deliberativo na segunda diretoria, os marinheiros José Atháide, José Raimundo, João Ataliba e o cabo Humberto, eram quadros experientes do partido e se constituíam numa grande referência para a marujada. Duarte ainda não esqueceu de frisar, a “coincidência” na data de fundação do PCB e da AMFNB, 25 de março.<sup>27</sup> Outra fonte que indica a aproximação do PCB com os marinheiros, é o depoimento do cabo Antônio Geraldo Costa. Ele, que por duas vezes exerceu a função de vice-presidente da Associação, relatou que no começo de 1964 foi procurado por Marcos Antônio, o qual lhe informou que tinha sido convidado para entrar no PCB e estendeu o convite a Antônio Geraldo. No referido depoimento, Geraldo afirmou que não aceitou o convite e por esse motivo sentiu uma campanha dentro da Associação com o objetivo de tachá-lo de espião do serviço secreto da Marinha.<sup>28</sup>

No entanto, essa presença de quadros do *partidão* não significa que a entidade fosse um braço dos comunistas, como quis associar posteriormente a Marinha. Vale lembrar que passava de quinze mil o número de sócios. Um agrupamento com esse tamanho agrega uma diversidade enorme de crenças, valores e ideologias.

Cabe-nos ressaltar que as aproximações dos militantes da esquerda com a entidade dos marinheiros foi, provavelmente, algo bem-vindo. Para quem vivia isolado da sociedade, dialogar e receber apoio de um deputado, de um líder sindical ou um de representante da classe estudantil não era algo que pudessem abrir mão. A aproximação foi recíproca.

### Os marinheiros e o Comício das Reformas

De acordo com Sérgio Lamarão, “a orientação nacionalista-reformista adotada pelo presidente João Goulart havia desencadeado a oposição dos setores dominantes do país e de largos segmentos das classes médias e da oficialidade”.<sup>29</sup> Nos primeiros meses de 1964, ele procurou mobilizar as massas para a implementação, ainda naquele ano, das chamadas *Reformas de Base*. Com

---

<sup>24</sup> Schilling, P. (1979) *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, vol. 1, p. 243.

<sup>25</sup> *Ibid*, p. 88.

<sup>26</sup> *Diário de Notícias*, 29/3/1964. Apud Moraes, D. (1989) *A Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, p.118.

<sup>27</sup> Duarte, A., *op. cit.*, pp. 62-63.

<sup>28</sup> Arquivo Egard Leuenroth- BNM, nº 508. Depoimento de Antônio Geraldo da Costa.

<sup>29</sup> Lamarão, S., “O Comício das Reformas.” Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio\\_das\\_reformas](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas). Acesso em 12/2/2011.

esse intuito, convocou um comício para o dia 13 de março, a ser organizado por uma comissão de líderes sindicais.<sup>30</sup> À frente dos sindicatos estava o CGT, que também tinha relação com a marujada.

No dia 19 de fevereiro de 1964, as centrais sindicais, sob a coordenação daquele *Comando*, lançaram a convocação para o comício.<sup>31</sup> Entre os temas em pauta das reformas de base estavam: reforma agrária, reforma administrativa, reforma universitária e reforma eleitoral, onde constava a exigência da “extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos [...]”.<sup>32</sup> Era mais um sinal inquestionável de que as reivindicações dos marinheiros tinham saído da esfera interna da instituição e já faziam parte da calorosa agenda política nacional dos idos de março daquele ano, recebendo o apoio do principal órgão sindical da época, o CGT. Pelo menos, quatro integrantes de destaque daquele *Comando*, estariam presentes na futura assembleia dos marinheiros do dia 25 de março. São eles: Hércules Corrêa, Dante Pelacani, Oswaldo Pacheco e Paulo de Mello Bastos.

No dia do comício, fuzileiros navais e a Polícia do Exército (PE) formavam a guarda especial que dera proteção ao Presidente da República. Ouviram os calorosos discursos e se identificaram ainda mais com aquelas propostas, especialmente a *reforma agrária*, pensavam eles que suas famílias, ainda morando nos rincões mais longínquos do interior do país, poderiam se beneficiar daquelas medidas. Aquelas palavras do Presidente seriam lembradas poucos dias depois em outra missão que os fuzileiros teriam que cumprir, mais exatamente no dia 26 de março.<sup>33</sup>

## A Rebelião dos marinheiros

Chegado o dia da festa do segundo aniversário, o clima era tenso, refletindo os embates políticos que dominavam a agenda política desde o dia 13 daquele mês, quando foi realizado o Comício das Reformas, no qual o presidente João Goulart anunciou as Reformas de Base. Poucos dias antes da “festa”, o ministro Motta expedira ordem de prisão contra parte da diretoria da entidade por terem discursado no Sindicato dos Securitários na sexta-feira que antecedeu aquela semana. Nos discursos, os marujos teriam pedido a exoneração do titular da pasta da Marinha.<sup>34</sup> Claros sinais de que o respeito à hierarquia não andava marcando presença nas belonaves brasileiras. Por quê? Foi nesse mar tenso, agitado, que se realizou o evento. Discursos preparados, estavam presentes vários líderes sindicais, deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, representantes da UNE e o grande líder dos marinheiros de 1910, o “Almirante Negro” João Cândido. O presidente da entidade, marinheiro José Anselmo dos Santos fez seu discurso. Nele, reforçou o apoio às Reformas de Base; exigiu o reconhecimento da AMFNB por parte das autoridades navais e a libertação de seis marinheiros presos. O

---

<sup>30</sup> *Ibid.*

<sup>31</sup> Reis Filho, D. (2005) *Dictadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 24. Segundo o autor, a realização desse comício foi o sinal do Presidente Goulart de que iria partir para a ofensiva. Nele, Jango anunciou a assinatura de decretos expropriando pequenas refinarias particulares e a desapropriação de terras improdutivas ao longo dos eixos rodoferroviários, mediante indenização. *Ibid.*, p. 30.

<sup>32</sup> Bastos, P. M. (2006) *A caixa-preta do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Família Bastos, p. 32-33.

<sup>33</sup> Entrevista de Paulo Novaes Coutinho ao autor. Rio de Janeiro, 9/11/2008.

<sup>34</sup> Jornal *Última Hora*, 27/3/1964.

## DOSSIERS

### La dictadura en Brasil, nuevos abordajes

cabo Cláudio Ribeiro propôs que os associados ficassem em assembleia permanente até que a AMFNB fosse reconhecida pela Marinha. A proposta foi acatada e a assembleia se transformou em Rebelião.<sup>35</sup>

No dia seguinte, fuzileiros navais enviados ao Sindicato dos Metalúrgicos para prender os “amotinados” foram sensibilizados por seus companheiros. Parte da tropa largou suas armas e munições, aderindo ao movimento. Marinheiros foram atingidos por tiros no Arsenal de Marinha quando se dirigiam ao Sindicato dos Metalúrgicos. Naquela altura, a grande imprensa já estava cobrindo os acontecimentos e no dia seguinte o evento estaria nas primeiras páginas dos grandes jornais, inclusive com cobertura da imprensa internacional.<sup>36</sup> O ministro não conseguiu se sustentar no cargo e pediu demissão. O almirante da reserva Paulo Mário da Cunha foi nomeado para o cargo. Somente no dia 27 os marinheiros foram levados para um quartel do Exército onde ficariam presos. Parece que tudo estaria resolvido e voltaria à normalidade.

No entanto, o novo ministro, com o aval do Presidente da República, anistiou os marinheiros apenas poucas horas depois das prisões. Não faltava mais nada ao enredo dos conspiradores do golpe. A hierarquia e a disciplina, pilares das instituições militares haviam sido quebradas e os “causadores” haviam sido perdoados. Como aceitar que aqueles marujos não fossem punidos? O fato é agravado por um encontro inusitado entre os anistiados e os almirantes Cândido da Costa Aragão e Pedro Paulo de Araújo Suzano, ambos fiéis ao governo Jango e simpáticos ao movimento dos marujos e fuzileiros. Os chefes são carregados nos braços e as fotos estampariam as primeiras páginas de vários jornais no dia seguinte.<sup>37</sup> Apenas cinco dias depois do fim da Rebelião, veio o golpe, para alguns. Para tantos outros, Revolução!

De fato, aqueles três dias da Semana Santa de 1964 iriam expressar o divisor de águas que levou ao desfecho do processo político, pelo menos como aspecto explosivo, detonador, de um processo muito mais complexo, em tempos de Guerra Fria e de conspirações quentes. O próprio General Olympio Mourão Filho, o que marchou primeiro, ressaltou em seu livro de memórias a importância daquele acontecimento:

[...] *Magalhães* [Magalhães Pinto-Governador de Minas Gerais] *me mostrou os jornais com as notícias e me fez uma súmula da situação naquela manhã, isto é: os marinheiros foram soltos, o cabo Anselmo é o líder da Marinha, o Aragão é bicho papão e a Marinha está completamente desmoralizada, e completou: ‘aconteceu aquilo que o senhor julgava o menos provável. Hoje é Semana Santa e eles começaram a baderna ontem, em plena quinta-feira Santa’. Respondi, perguntando: Não acha que agora é o momento impossível de ser adiado?*

*Ele me respondeu: ‘Impossível de ser adiado. Vamos para a luta.’*<sup>38</sup>

Também sobre esses acontecimentos, escreveu o historiador Daniel Aarão Reis Filho,

<sup>35</sup> Rodrigues, *op. cit.*, p. 106; Capitani, *op. cit.*, p. 54.

<sup>36</sup> *Jornal do Brasil*, 28/3/1964.

<sup>37</sup> *Jornal O Globo*, 28/3/1964, foto de Capa.

<sup>38</sup> Filho, O. M. (1978) *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, p. 358.

---

## DOSSIERS

### La dictadura en Brasil, nuevos abordajes

*A crise na Marinha mudou o foco do processo político. Em vez de um enfrentamento entre projetos políticos, entre reforma e contra-reforma, uma luta entre os defensores da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas e os que desejavam subverter esses valores. Um desastre político para Jango e para as forças reformistas, cujo dispositivo militar começou a ruir.<sup>39</sup>*

Em diversas obras, a quebra da hierarquia e da disciplina na Marinha passou a ser interpretada como algo inquestionável, um ponto pacífico do debate do período pré-golpe. Não se analisa a questão levando-se em conta as nuances e problemáticas desses termos. Como a hierarquia e a disciplina são construídas? Como elas se expressam no dia-a-dia da instituição? A hierarquia militar é somente para os subalternos? Quem os marinheiros apoiavam politicamente? Qual a posição do Presidente da República como Chefe Supremo da Forças Armadas?

A primeira questão, quando analisamos ambos os conceitos como objetos de estudo, é dessacralizar estes termos; trazê-los para o campo do historiador, da pesquisa. Dessa maneira, encontramos na legislação da época elementos que nos ajudam a entendermos melhor esses significados. A Constituição de 1946, em seu Artigo 176 nos esclarece que as Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, “são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na *hierarquia e na disciplina*, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei”.<sup>40</sup> Um primeiro aspecto fica evidente, o papel do Presidente da República como chefe supremo e último elemento no topo da pirâmide hierárquica.

A disciplina é tratada no Regulamento Disciplinar para a Marinha (RDM) de 1955 como sendo:

*a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.<sup>41</sup>*

Observa-se que o regulamento frisa destacadamente que *todos*, não somente os praças subalternos devem observar o princípio que norteia a questão disciplinar. Através destes dois aspectos ressaltados na Constituição e no RDM, que encontramos argumentos no sentido de que a hierarquia militar e a disciplina na Marinha, vinham sendo arranhadas e desgastadas muito antes de março de 1964.

### A indisciplina perdoada

O ano de 1961 é emblemático para começarmos a entender todo o processo que desaguaria três anos depois no conflito interno da Marinha. Naquele ano os subalternos iriam presenciar o seu ministro envolvido com tentativas de golpe contra o vice-

---

<sup>39</sup> Reis, D. A., *op. cit.*, p.32.

<sup>40</sup> *Constituição Federal de 1946*. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 13/8/2011.

<sup>41</sup> Decreto nº 38.010 de 5/8/1955 - Regulamento Disciplinar para a Marinha (RDM).

---

## DOSSIERS

### La dictadura en Brasil, nuevos abordajes

presidente João Goulart quando da renúncia do presidente Jânio Quadros, numa clara demonstração de desrespeito à Constituição Federal.<sup>42</sup> Muitos marinheiros e fuzileiros estavam nos primeiros anos da carreira militar naquele momento.

Em dezembro de 1962, oficiais devolveram condecorações da Ordem do Mérito Naval. O movimento de devolução ocorreu em virtude de que vários políticos e personagens ligados a setores de esquerda também tinham sido agraciados, sendo esse o principal motivo da indisciplina dos oficiais. Será que os subalternos não liam jornais? Não percebiam nada do que se passava na vida política do país? Cabe ressaltar aqui, que neste ano foi fundada a AMFNB e uma geração de marujos pós-chibata<sup>43</sup> começava a ocupar espaços e reivindicar direitos.

No ano seguinte, alguns fatos já demonstram que os militares da base hierárquica já não eram os “cabeças de papel” que o alto comando gostaria que fossem. Fuzileiros Navais, integrantes da AMFNB, aparecem envolvidos na chamada *Revolta dos Sargentos* ocorrida em Brasília em setembro daquele ano, contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal que indeferiu o registro da candidatura do sargento Aymoré Zoch Cavalheiro, eleito deputado estadual pelo PTB do Rio Grande do Sul.<sup>44</sup> Esse fato iria desencadear uma forte reação das autoridades navais contra a atuação da entidade dos subalternos da Marinha. A quebra da hierarquia pelos subalternos não seria permitida. Neste mesmo ano, almirantes da reserva e da ativa já conspiravam visando a derrubada do Presidente. No dia 16 de novembro, em uma reunião ocorrida no Rio de Janeiro, no apartamento do general Olympio Mourão Filho, teriam comparecido uma dúzia deles sob articulação do mesmo Sílvio Heck de 1961.<sup>45</sup>

Ainda em 1963, mais um episódio de indisciplina dos superiores ganhou destaque na imprensa. Em dezembro, os jornais noticiaram a prisão de 30 oficiais fuzileiros que teriam assinado manifesto contra a posse do almirante Cândido da Costa Aragão no Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Em manifesto divulgado na imprensa, os oficiais ainda responsabilizavam o ministro Sylvio Motta pelo que chamavam de “início da desagregação da força naval e pelos dias desesperançados do futuro”.<sup>46</sup> A prisão dos oficiais decretada pelo ministro era um claro sinal que eles haviam transgredido os regulamentos disciplinares.

No clima do Comício das Reformas, já no ano de 1964, marinheiros presenciaram em seus navios discursos inflamados de seus comandantes contra o Presidente da República. No navio *Cruzador Tamandaré*, o comandante José Uzeda reuniu sua guarnição e pronunciou violento discurso responsabilizando o presidente pela “anarquia que dominava a vida política do país” e a responsabilidade pela indisciplina nos quartéis.<sup>47</sup> Mais um claro ato de subversão de um oficial presenciado pelos subalternos. Esses fatos demonstram a atmosfera em que se encontrava a nossa mais antiga das Forças Armadas. Nesse contexto, seria possível os oficiais servirem de *exemplo* para marujada?

---

<sup>42</sup> O Ministro da Marinha, almirante Sílvio Heck, era um dos principais opositores da posse do vice João Goulart na Presidência da República. A Lei Eleitoral permitia que os votos para presidente e vice-presidente fossem independentes.

<sup>43</sup> Referência à Revolta de 1910 comandada por João Cândido contra castigos corporais.

<sup>44</sup> *BRASIL NUNCA MAIS*. (2007) Arquidiocese de São Paulo. Petrópolis: Vozes, p. 118.

<sup>45</sup> Filho, *op. cit.*, p.269.

<sup>46</sup> Jornal *O Globo*, 4/12/1963.

<sup>47</sup> Duarte, *op. cit.*, p. 51.

---

## DOSSIERS

### La dictadura en Brasil, nuevos abordajes

No auge da crise do Sindicato dos Metalúrgicos, almirantes reunidos no Clube Naval pressionam o novo ministro e lançam um memorial em que salta aos olhos o caráter indisciplinado, pra não dizer subversivo. Dizia o documento que:

*os últimos acontecimentos mostraram que a Marinha, como Instituição Militar, foi inteiramente abalada em seus próprios fundamentos. Um ato de indisciplina, praticado por um grupo de militares, foi acobertado pela autoridade constituída, destruindo o princípio da hierarquia, fundamental em qualquer organização, principalmente as militares [ameaçaram] declinar dos cargos que ora ocupam, se o Ministro não reconhecer a validade das considerações que fazem.*<sup>48</sup>

Na tarde do dia 31 de março, terça-feira, revoltados com a decisão do Ministro Paulo Mário que determinara “abertura de inquéritos para esclarecer as raízes da rebelião dos marinheiros, as celebrações nas ruas e, por último, a manifestação dos oficiais que assinaram o memorial, com ‘imposições feitas ao Ministro’”<sup>49</sup>, 27 almirantes pediram demissão dos cargos que ocupavam e se declararam “em posição contra o Governo”,<sup>50</sup> numa inegável demonstração de quebra hierárquica. Segundo o jornalista Wilson Figueiredo, ao ouvir dizer que o Conselho do Almirantado vetara a solução encontrada para crise, Jango teria dito: - “Não mandei consultar, mas ordenei que se cumprissem determinações, usando minhas prerrogativas constitucionais de Comandante-Chefe das Forças Armadas”.<sup>51</sup> Tanto o memorial dos almirantes, quando falam “foi acobertado pela autoridade constituída” quanto essa fala atribuída ao Presidente, mostra um elemento pouco analisado nos estudos do golpe: a relação do Chefe Supremo com os marujos de 64.

### Jango e os marujos

O ministro da Justiça de Jango, Abelardo Jurema, afirmara que o presidente o confidenciara que “[...] por várias vezes falara ao Ministro [da Marinha] para evitar choques com a Associação dos Cabos e Marinheiros, procurando contornar, pois se já o Governo não dispunha do almirantado, não poderia perder a simpatia dos inferiores”.<sup>52</sup> Outro exemplo que demonstra o cuidado do presidente com o movimento dos marinheiros, é o discurso do comandante do Batalhão de Guardas do Exército quando os marujos chegaram “presos” ao quartel. O Coronel Ito Justino da Mata Garcia saudou-os: “Os senhores nada têm a temer, pois esta é uma das unidades de elite das forças de terra e todos os senhores estão sob a garantia da palavra do Exmo. Sr. Presidente da República, que é a mais alta autoridade do País.”<sup>53</sup>

Do lado dos marinheiros, esse apoio era totalmente aberto e direto. No discurso do “cabo” Anselmo, realizado na assembleia de 25 de março, o apoio às Reformas de base é um dado que exemplifica bem essa conclusão:

---

<sup>48</sup> Jornal *Última Hora*, 30/3/1964. Grifo nosso.

<sup>49</sup> Figueiredo, W. (1964) “A margem esquerda”, in *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, p. 235.

<sup>50</sup> Figueiredo, *op. cit.*, p. 238.

<sup>51</sup> *Ibid.* p. 265.

<sup>52</sup> Jurema, A., “O Começo do fim”. *Revista O Cruzeiro*, 07/7/1964. Disponível em [www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/04071964/040764\\_4.htm](http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/04071964/040764_4.htm), acesso em 18/3/2008.

<sup>53</sup> Jornal *Última Hora*, 28/3/1964. Disponível em [ww.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital](http://ww.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital), acesso em 26/9/2011.

[...] afirmamos o nosso entusiástico apoio ao decreto da Supra, ao da encampação da Capuava e demais refinarias particulares, e ao do tabelamento dos alugueis. Aguardamos, aliados ao povo, que o Governo Federal continue a tomar posições em defesa da bolsa dos trabalhadores e da emancipação econômica do Brasil [...] Nosso empenho é para que sejam efetivadas as reformas de base, Reformas que abrirão largos caminhos na redenção do povo brasileiro. Eis por que, do alto desta tribuna do Palácio do Metalúrgico, afirmamos à Nação que apoiamos a luta do Presidente da República em favor das reformas de base [...].<sup>54</sup>

Ora, se havia essa relação mútua e o Presidente era (é) o chefe supremo das Forças Armadas, como a hierarquia foi quebrada? A questão sai dos meandros da hierarquia militar e ganha contornos notadamente políticos. Vale ressaltar que a assembleia dos marujos foi um ato político de apoio ao Presidente de República, que se transformou em Rebelião. Compondo a mesa do evento estavam figuras conhecidas do movimento sindical, como os líderes do CGT, Osvaldo Pacheco e Dante Pellacani; os deputados Max da Costa Santos e Hércules Correia, integrantes da FPN, sem contar ainda a já citada presença do líder do movimento de 1910, João Cândido<sup>55</sup> - elo que unia as duas gerações dos homens do mar.

Nesse emblemático episódio ocorrido em nossa Marinha, cabe-nos ressaltar a atuação do Almirante Sylvio Motta. Nomeado por Jango e ficando fiel ao presidente até onde foi possível, decidiu renunciar para não contrariar as ordens de seu superior hierárquico; também não quis contrariar seus amigos da caserna, os almirantes “revolucionários”.<sup>56</sup> Diferentemente dos dois extremos da pirâmide hierárquica, não se envolveu em conspirações. Nem por isso foi preservado, foi cassado pelo Ato Institucional nº1 (AI-1) por ter feito parte do governo Jango.

E os marujos? Tamanha ousadia não seria perdoada, apenas os oficiais de alta patente poderiam se manifestar publicamente sobre política; apenas os almirantes poderiam se dirigir ao Presidente de República. Aquilo não poderia passar! Após o golpe de 1964 centenas de marinheiros foram expulsos, alguns condenados, outros licenciados. Qual foi o erro deles? Ao se declararem em vigília permanente até que seus companheiros fossem soltos e a AMFNB reconhecida, os marinheiros quebraram sim a hierarquia militar e infringiram os regulamentos. Ao depositar suas armas no chão e entrarem no sindicato em apoio aos amotinados, os fuzileiros navais também quebraram a hierarquia. No entanto, ao apoiarem o Presidente da República nas Reformas de Base, reforçaram os laços hierárquicos. Foram tão disciplinados que esperaram a ordem para resistir; a ordem não veio, e eles não resistiram!

O exemplo que fica desses acontecimentos é que, como pilares das instituições militares, a hierarquia e a disciplina dependem de inúmeros fatores para que possam existir harmonicamente. Com certeza, o exemplo dos líderes, o respeito mútuo entre comandantes e comandados e o respeito às instituições democráticas contribuem para o fortalecimento desses organismos armados do Estado.

<sup>54</sup> Discurso disponível em [www.franklinmartins.com.br/estacao\\_historia\\_artigo.php?titulo=o-incendiario-discurso-do-cabo-anselmo-1964](http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=o-incendiario-discurso-do-cabo-anselmo-1964) . Acesso em 25/9/2011.

<sup>55</sup> Jornal *Última Hora*, 27/3/1964. Disponível em: [ww.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital](http://ww.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital), acesso em 26/9/2011.

<sup>56</sup> Nas memórias do General Olympio Mourão Filho aparecem conspirando, além de Sílvio Heck, os almirantes [Ernesto de] Melo Batista, [Augusto] Rademaker (p.270); Andrade, Saldanha da Gama (p.290). Em depoimento a Hélio Silva, o comandante Paulo Werneck cita entre os conspiradores os almirantes Paulo Bosisio, Hasselmann, Penna Botto, José Maria de Carvalho, Levi Aarão Reis, Zenha de Figueiredo, Vampré, Rademaker e Muniz Freire. Cfr. Silva, H. (1988) *A vez e a voz dos vencidos – militares x militares*. Petrópolis, Vozes, p. 35.